

REQUERIMENTO N.º , DE 2021.

(Da senhora Gleisi Hoffmann e dos senhores José Guimarães, André Figueiredo, Carlos Zarattini, Enio Verri, Alessandro Molon, Wolney Queiroz, Sâmia Bomfim, Perpétua Almeida, Joenia Wapichana e outros)

Requer a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar os casos de omissão, atos e desvio de legalidade, bem como irregularidades diversas na condução do enfrentamento à pandemia causada pelo coronavírus pelo Ministro da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello, o que contribuiu para o colapso do sistema de saúde de Manaus e outros municípios do país, bem como para o elevado número de vítimas por COVID-19 no Brasil.

Senhor Presidente:

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do §3º do art. 58 da Constituição Federal e na forma dos artigos 35 e seguintes do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a instituição de **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI**, constituída de 25 (vinte e cinco) Deputados Federais e igual número de suplentes, obedecendo-se o princípio da proporcionalidade partidária, com a finalidade de, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, prorrogável por até a metade, investigar as omissões e denúncias irregularidades na condução do enfrentamento à pandemia causada pelo coronavírus pelo Ministro da Saúde, Sr. Eduardo Pazuello, o que contribuiu para o colapso do sistema de saúde de Manaus e outros municípios do país, bem como para o elevado número de mortes por COVID-19 no Brasil, que ocupa a segunda posição em número de óbitos em razão da doença.

As despesas decorrentes do funcionamento da comissão de que trata este Requerimento correrão à conta dos recursos orçamentários da Câmara dos Deputados.

Os recursos administrativos e o assessoramento necessários ao funcionamento da Comissão serão providos pelo Departamento de Comissões e pela Consultoria Legislativa, respectivamente.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da COVID-19, que assolou o mundo em 2020 e continua a fazer milhões de vítimas em 2021, encontrou terreno fértil e promissor para um crescimento vertiginoso no território Nacional.

As dificuldades, para os brasileiros, têm sido e ainda serão sobremaneira penosas e graves. Além do vírus mortal, que já ceifou mais de 217.000 (duzentas e dezessete mil) vidas em nosso País e contaminou quase 9 milhões de pessoas até a presente data, tivemos que enfrentar o vírus da ignorância, do negacionismo, da sabotagem, da omissão, das orientações claudicantes ou da falta de orientações e, principalmente, da relativização da doença, emanada pelo atual Ministro da Saúde, General Eduardo Pazuello, que deveria ser

o principal dirigente na condução e coordenação do enfrentamento à pandemia de COVID-19 no país.

Atualmente, após quatro meses como interino, está à frente do Ministério da Saúde (MS) o general Eduardo Pazuello, com dita experiência reconhecida em “logística”. Em solenidade oficial, o militar afirmou, antes de assumir o cargo, que “*nem sabia o que era o SUS*”. Ou seja, a principal pasta, que deveria ser responsável pela coordenação de ações efetivas no combate à pandemia causada pelo coronavírus, está sendo conduzida por um militar que não tinha e, parece continuar sem conhecimento, sobre a maior política pública de inclusão social do país: o Sistema Único de Saúde.

Desde que assumiu o cargo, Pazuello tem sido o aliado ideal de Bolsonaro para conseguir colocar em prática a política negacionista e de omissão frente aos dados alarmantes da COVID-19 no país: defende o tratamento precoce, sem comprovação científica, de pacientes diagnosticados com COVID-19; criticou o isolamento social como medida para conter a pandemia, indo contra determinações de autoridades sanitárias; omitiu dados sobre a COVID-19 e, principalmente, se omitiu frente ao colapso da rede de saúde da cidade de Manaus que assiste, incrédula e desamparada, a morte de centenas de pessoas asfixiadas por falta de oxigênio nos hospitais; dentre outras atitudes ou omissões que serão detalhadas ao longo do presente documento.

Pesquisa sobre atos, omissões, orientações e posicionamentos do governo em relação a pandemia do COVID-19, realizado pelo Comitê de Estudos e Pesquisas de Direito Sanitário da USP (estudo anexo) corroboram com a denúncia que fazemos aqui sobre a gestão desastrosa do Ministério da Saúde nesta crise. Na verdade, a pesquisa revela que Bolsonaro e Pazuello executaram uma “estratégia institucional de propagação do coronavírus”

RECOMENDAÇÃO E INCENTIVO À UTILIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS, SEM COMPROVAÇÃO CIENTÍFICA, PARA TRATAMENTO PREVENTIVO DA COVID-19.

Já em seus primeiros dias no “comando” do Ministério da Saúde, foi publicado Protocolo do MS que recomenda uso de cloroquina em todos os casos de COVID-19, inclusive com sintomas leves, sendo o paciente obrigado a assinar um Termo de Ciência e Consentimento em que assume a responsabilidade pelo tratamento.

Em nota oficial divulgada no mesmo dia da publicação do protocolo, o Conselho Nacional de Secretários da Saúde indica que o documento não teve participação técnica nem pactuação junto aos entes federativos, que não se baseia em evidências científicas, e ainda questiona: “*Por que estamos debatendo a Cloroquina e não a logística de distanciamento social? Por que estamos debatendo a Cloroquina ao invés de pensar um plano integrado de ampliação da capacidade de resposta do Ministério da Saúde para ajudar os estados em emergência?*”

O insumo defendido exaustivamente por Bolsonaro e, assim que foi nomeado, por seu Ministro, foi adquirido da Índia em 2020 sem licitação e custou seis vezes mais que o valor pago pelo Ministério da Saúde no ano anterior. A produção do medicamento, finalizado no Laboratório Químico e Farmacêutico do Exército, aumentou em 84 vezes nos

últimos meses de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, segundo o Ministério Público que, atualmente, apura indícios de superfaturamento na compra de insumos para a fabricação de cloroquina pelo Exército.

O Exército pagou 167% a mais pelo principal insumo da cloroquina, com a seguinte justificativa: “*produzir esperança para corações aflitos*”.

Infelizmente, já no início de sua gestão, era possível prever, portanto, o tipo de condução irresponsável que teria o Ministério da Saúde. Mesmo sabendo que os dois ministros que o precederam saíram em razão da discordância com o uso da cloroquina optou por seguir os ditames do Presidente da República.

APAGÃO NA DIVULGAÇÃO DE DADOS SOBRE A COVID-19.

No mês de junho, em que os números de mortes e casos começavam a se agravar, Pazuello deixou de divulgar os números acumulados e os índices proporcionais dos contágios e mortes em decorrência do coronavírus, a fim de camuflar o caos do governo Bolsonaro no enfrentamento da crise. Somente após determinação do Supremo Tribunal Federal, o órgão voltou a divulgar os dados completos. A falta de confiança nos dados divulgados pelo Ministério da Saúde, levou à formação de um consórcio de veículos de imprensa, que passou a consolidar os dados por conta própria, com base nos boletins das secretarias estaduais de saúde.

BAIXA TESTAGEM DA POPULAÇÃO PARA DIAGNÓSTICO DA COVID-

19.

Mesmo diante do trágico cenário da pandemia no país, a inoperância do Ministério da Saúde foi demonstrada ao longo de todo o ano de 2020. Enquanto os outros países realizavam testagens em massa a fim de possibilitar a adoção de um planejamento estratégico para enfrentamento da crise, o Ministério da Saúde, que previu 24,2 milhões de exames RT-PCR no SUS até dezembro, tinha realizado, até novembro, somente 20% dos testes. A pasta prometeu também insumos para a entrega de kits completos a estados e municípios, mas os negócios foram travados por suspeita de irregularidades, sob análise do Tribunal de Contas da União (TCU). Com meta de alcançar 115 mil testes diários no SUS, o Ministério registrou, em outubro, média de apenas 27,3 mil na rede pública.

Em junho, quando o país estava prestes a atingir o primeiro pico da pandemia, o Ministro Pazuello afirma em entrevista: “*Criaram a ideia de que tem de testar para dizer que é coronavírus. Não tem de testar, tem de ter diagnóstico médico para dizer que é coronavírus. E, se o médico atestar, deve-se iniciar imediatamente o tratamento*”

PRIORIZAÇÃO DA PROTEÇÃO ECONÔMICA AO INVÉS DA PROTEÇÃO À VIDA

Ao analisar o perfil de gastos do governo federal no combate a pandemia, o Tribunal de Contas da União verificou que, dos R\$ 286,5 bilhões de reais já pagos até 31/07/2020, apenas R\$ 22,06 bi (7.67%), referiam-se diretamente ao combate da doença.

Já gastos relacionados a medidas de proteção econômica, excluindo o auxílio a Estados, DF e Municípios, correspondiam a 78.35% do total, representando a **“opção política do Centro de Governo de priorizar a proteção econômica”**.

Em novembro, a Consultoria de Orçamento da Câmara dos Deputados revelou (Câmara dos Deputados/Consultoria de Orçamento/Execução orçamentária das ações de combate à COVID-19/Dados acumulados até 20.nov.20) que, em mais de oito meses de pandemia, o governo Bolsonaro deixou de gastar o dinheiro reservado para contratar médicos, reestruturar hospitais e comprar testes de COVID-19 para presídios. Segundo os dados do órgão, foram pelo menos dez ações da gestão Bolsonaro que não avançaram, apesar da abertura imediata de créditos extraordinários, gerados dentro do chamado Orçamento de Guerra.

FALTA DE PLANEJAMENTO E PLANO NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO ATRASADO E INCONSISTENTE

Enquanto países como Reino Unido, Canadá e Rússia iniciavam a vacinação, o Brasil não possuía nenhum plano nacional de vacinação. Ao contrário disso, travava uma “guerra ideológica”, com adversários reais ou imaginários, sobre os caminhos técnicos e científicos a serem adotados na Pandemia, politizando, ao fim e ao cabo, a questão das vacinas em desenvolvimento.

Em julho, o governo federal chegou a ser pressionado pelo setor de insumos sobre a necessidade de agilizar a compra de seringas e agulhas, mas só abriu uma licitação apenas três dias antes de 2020 acabar. Em agosto, quando foram iniciadas as tratativas para aquisição e produção de vacina, o governo federal apostou equivocadamente todas as suas fichas em um único produtor, um erro fatal que já está custando milhares de vidas. O Brasil tinha acordo firme apenas com a AstraZeneca/Oxford, que visava ao fornecimento de 100,4 milhões de doses e transferência de tecnologia.

Após ação dos partidos (PT, PSOL, PCdoB, PSB e CIDADANIA), que defendem que as questões de saúde pública, tal como as vacinas desenvolvidas para combater o novo coronavírus devem estar acima de posições ideológicas, devendo todos os potenciais medicamentos serem tratados de forma igualitária pelo Poder Executivo Federal, o relator, Ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal, determinou, na ADPF 756, que o governo apresentasse o Plano de vacinação e que a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) prestasse explicações sobre o estágio dos estudos para a aprovação da CoronaVac, vacina contra a COVID-19 de origem chinesa que estava sendo testada no Brasil pelo Instituto Butantan.

Somente em 12 de dezembro de 2020, a Advocacia Geral da União entregou ao STF, o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19. O documento, no entanto, não indicava data para o início da vacinação, nem cronograma de vacinação, não descrevia a participação de estados e municípios e ignorava a vacina CoronaVac, produzida pelo Instituto Butantan, de São Paulo (por razões exclusivamente políticas, diante da concorrência com o governador do estado).

Até o início de janeiro, o órgão mantinha a sua lentidão para incorporação de vacinas, martelando em apenas um tipo e estabelecendo guerra a um conjunto de outras

vacinas em desenvolvimento, como a CoronaVac, do Instituto Butantan, a da Pfizer, do Reino Unido, ou a russa Sputnik V. O Ministério da Saúde somente incluiu a CoronaVac/Butantan na lista de vacinas a serem utilizadas no país em nova versão do Plano Nacional de Imunização apresentada posteriormente.

A decisão do Ministério da Saúde de incluir a CoronaVac no plano de vacinação se deu após uma enfática aposta de Doria e uma longa rejeição de Bolsonaro pelo imunizante a ser produzido pelo Butantan, o que só prejudicou a população brasileira, pelo adiamento da obtenção da vacina e início da imunização.

Ao ser cobrado sobre a data de início da vacinação, Eduardo Pazuello, demonstrou a sua falta de empatia, decoro e solidariedade em relação às vítimas, doentes e familiares da COVID-19, bem como em relação a toda população brasileira que aguardava desesperadamente o início da imunização, questionando o que chamou de "angústia" e "ansiedade" da população e disse que a vacina se iniciaria no dia "D" e na hora "H".

São falas que expressam desrespeito e total descompromisso com a proteção da saúde da população, que deveria ser o alvo primordial de sua pasta.

Com a aprovação dos lotes das vacinas pela ANVISA e início da imunização, o Brasil enfrenta, agora, problemas com o envio de insumos necessários à produção das vacinas, uma vez que o governo de Jair Bolsonaro passou os últimos meses atacando a proposta feita pela Índia ainda em 2020 para que patentes (direito de propriedade) sobre vacinas fossem abolidas. Além disso, a inabilidade do atual ministro para negociar junto aos demais países a compra e entrega de vacinas e insumos contribui sobremaneira para o atraso na imunização da população.

COLAPSO NO SISTEMA DE SAÚDE DE MANAUS E A OMISSÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Desde o final de dezembro de 2020, tem sido massivamente divulgada a crítica situação do sistema de saúde de Manaus. Houve o aumento exponencial de casos de COVID-19 e, como consequência, o colapso da rede de saúde e a falta de oxigênio. Com isso, mortes trágicas por asfixia e por falta de atendimento foram acompanhadas desesperadamente por parentes das vítimas e por toda a população brasileira ao longo do mês de janeiro de 2021.

A média móvel de mortes no estado cresceu 217% em relação aos dados da primeira semana de janeiro. Não só Manaus, mas várias cidades do Amazonas e Pará estão com o sistema de saúde colapsado e outros estados já estão ameaçados devido ao recrudescimento da pandemia no início do ano de 2021 em virtude das festividades de final de ano e diminuição do isolamento social.

De acordo com a AGU, na última semana de dezembro de 2020, o acompanhamento da situação sanitária "*relativa à cidade de Manaus revelou aumento significativo no número de hospitalizações*".

A partir disso, ainda na primeira semana de janeiro, segundo a AGU, o Ministério da Saúde providenciou reuniões de seu secretariado realizadas entre 3 e 4 de janeiro de 2021

Entre as conclusões do Ministério, estava a de que havia a "*possibilidade iminente de colapso do sistema de saúde, em dez dias, o que pode provocar aumento da pressão sobre o sistema, entre o período de 11 a 15 de janeiro*".

O referido documento foi entregue no dia 15 de janeiro de 2021 ao Supremo Tribunal Federal, por determinação do ministro Ricardo Lewandowski, que, em decisão à ação apresentada pelo PT e PCdoB, cobrou um plano para o enfrentamento da crise de saúde em Manaus no prazo de 48 horas.

O Relatório também aponta que o Ministério da Saúde foi informado no dia 8 de janeiro sobre a iminente falta de oxigênio pela empresa White Martins, fornecedora do produto. No entanto, o Ministério da Saúde iniciou a entrega de oxigênio apenas em 12 de janeiro

Apesar de a própria AGU informar que o Ministério tinha conhecimento da crise sanitária em Manaus desde a última semana de dezembro de 2020, somente em 11 de janeiro de 2021, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, foi à Manaus, onde se reuniu com o governador do Amazonas, Wilson Lima, para discutir medidas de enfrentamento à pandemia diante do avanço da doença no Amazonas.

Enquanto a situação se agravava, o Ministro da Saúde afirmou em evento na cidade de Manaus: "*Quando cheguei na minha casa ontem, estava a minha cunhada. O irmão não tinha oxigênio nem para passar o dia. Ah, acho que chega amanhã. O que você vai fazer? Nada. Você e todo mundo vai esperar chegar o oxigênio para ser distribuído*".

E acrescentou: "*Manaus não teve a efetiva ação no tratamento precoce com diagnóstico clínico no atendimento básico, e isso impactou muito a gravidade da doença*".

Assim, para "aliviar" a situação de Manaus, o Ministro da Saúde permitiu o despacho de 120 mil unidades de hidroxicloroquina para "tratamento" de vítimas da COVID-19 em Manaus (AM), conforme afirmado anteriormente, medicamento sem eficácia comprovada.

Além disso, do envio dos medicamentos ineficazes, o Ministério da Saúde disponibilizou uma plataforma para orientar médicos a prescreverem medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina e azitromicina a pessoas com sintomas de COVID-19 de bebês a adultos. O site desmente a fala do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, de que nunca indicou ou autorizou que sua pasta indicasse medicamentos contra COVID-19, apesar das inúmeras evidências.

A ferramenta, chamada "TrateCOV" possibilita que profissionais de saúde reportem os sintomas e ao final dessa etapa orienta que os médicos iniciem o que a pasta chama de "tratamento precoce" com a prescrição dos medicamentos, que não têm eficácia comprovada contra a doença.

Após diversas manifestações e ações para retirada do programa do ar, em virtude da falta de comprovação científica da eficácia para tratamento de COVID-19 dos medicamentos indicados, o Ministério da Saúde informou que a versão disponível do site está no ar "exclusivamente, para médicos e enfermeiros que atuam na Secretaria de Saúde do Município de Manaus, na Secretaria Estadual de Saúde do Amazonas e Hospitais privados do Município de Manaus, que terão a validação de seus cadastros realizados pelas referidas gestões."

No entanto, qualquer pessoa conseguia acessar o programa e, independentemente de comorbidades, idade e sintomas, o programa sempre indicava o tratamento com cloroquina, hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. Ou seja, a ferramenta era um verdadeiro atentado à vida das pessoas.

É fato, portanto, que o Ministério da Saúde sabia do “imminente colapso do sistema de saúde” do Amazonas dez dias antes de a crise estourar e faltar oxigênio para pacientes no estado e nada de efetivo foi realizado pelo órgão para mitigar os efeitos já previsíveis da grave situação que Manaus enfrentaria.

É de clareza meridiana que o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, com a negligência reiterada e a insistência em estratégias comprovadamente ineficazes, é diretamente responsável pelas mais graves circunstâncias ocasionadas pela falta de oxigênio no Estado do Amazonas.

Cabe destacar que, de acordo com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o problema não está só na região Norte do país, pois a ocupação dos leitos de UTI nos hospitais de todo o país está em seu nível mais alto desde julho do ano passado. O balanço da entidade mostra que 21 estados, mais a cidade do Rio de Janeiro, têm hoje níveis médios ou críticos de ocupação.

De acordo com a Fiocruz, além do Amazonas e Rio de Janeiro, os estados de Amapá, Pernambuco, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal estão em nível crítico, com mais de 80% dos leitos de UTI ocupados. A capital Macapá chegou a 94,6% das unidades intensivas lotadas há uma semana e o Hospital Geral de Roraima também já apresenta leitos de UTI e leitos semi-intensivos para coronavírus com 100% de ocupação.

Especialistas têm alertado que a falta de ações mais duras para frear a pandemia, somada à negligência do presidente Jair Bolsonaro e de seu Ministro da Saúde colocam em risco a capacidade de atendimento do sistema de saúde, que não deve suportar a demanda.

Apesar dos vários alertas, o Ministério da Saúde não anunciou medidas com o objetivo de impedir que a situação de Manaus se repita nesses outros locais.

Assim, ao trilhar voluntariamente e dolosamente o caminho da omissão, do descaso e da imoralidade, descurando-se das suas responsabilidades constitucionais, o Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, deu azo de modo incontestável, aos delitos tipificados como crimes de responsabilidade, que deverão ser objeto de investigação pela Comissão Parlamentar de Inquérito aqui proposta.

A investigação pelas CPIs é um dos mecanismos de fiscalização e monitoramento pelo Congresso Nacional. O objetivo desta CPI é investigar a responsabilidade do Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, por omissão ou por ações intempestivas e ineficazes, que contribuíram tanto para o colapso do sistema de saúde de Manaus, como de todo o país, o que contribuiu para que o país ocupasse atualmente o segundo lugar em número de mortes por COVID-19 no mundo.

Considerando que os fatos a serem apurados têm abrangência nacional, relacionam-se a questão relevante de tema que se insere nas competências do Congresso Nacional, haja vista que envolve agentes públicos vinculados ao Poder Executivo, a investigação desponta como de interesse público, dentro, portanto, das competências constitucionais das Comissões Parlamentares de Inquérito.

São essas Senhor Presidente, as razões pela qual propomos a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, para a qual esperamos contar com o apoio de nossos pares.

Sala das Sessões, em de de 2021.

Deputada GLEISI HOFFMANN
Vice-Líder da Bancada do PT

Deputado JOSÉ GUIMARÃES
Líder da Minoria na Câmara dos Deputados

Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO
Líder da Oposição na Câmara dos Deputados

Deputado CARLOS ZARATTINI
Líder da Minoria no Congresso Nacional

Deputado ENIO VERRI
Líder da Bancada do PT

Deputado ALESSANDRO MOLON
Líder da Bancada do PSB

Deputado WOLNEY QUEIROZ
Líder da Bancada do PDT

Deputada SÂMIA BOMFIM
Líder da Bancada do PSOL

Deputada PERPÉTUA ALMEIDA
Líder da Bancada do PCdoB

Deputada JOENIA WAPICHANA
Representante da REDE

